

## POR UMA POLÍCIA ESTÁVEL, EFICAZ E ORGANIZADA

**ÁLVARO LAZZARINI**

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

**Resumo:** *Enfoca, a partir de trágicos acontecimentos envolvendo policiais militares da PMRJ, a necessidade de se manter a polícia militarizada, tendo em vista os aspectos positivos desse tipo de organização, especialmente a disciplina e a hierarquia, não observáveis nas instituições civis brasileiras. Insurge-se contra aqueles que, desconhecendo a organização e a formação de seus integrantes, pregam a desmilitarização da PM, atribuindo à sua organização militar todos os seus males. Mostra, finalmente, que, no mundo inteiro, desde o passado, existem polícias militarizadas que atuam com eficácia e eficiência.*

Há mais de quarenta anos venho estudando, com profundidade, os temas relativos à ordem pública e, especialmente, à segurança pública, em todas as partes do mundo, incluindo a Oceania, onde estive em 1989, além de exercer há vinte e três anos o magistério superior como professor de Direito Administrativo na Escola de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, quer em nível de graduação, como também de pós-graduação, sem falar da longa carreira na magistratura paulista, exercendo inclusive as funções de juiz criminal. Diante disso, eu não poderia deixar de comentar as últimas notícias que envolvem as Polícias Militares no Brasil.

Tanto quanto os infaustos acontecimentos que as envolvem, estarrece-me a massa de desinformação que diariamente vejo ser lançada sobre o público, pondo à mostra o imenso desconhecimento que parte das elites intelectuais - afinal, a mídia reflete o pensamento das elites - tem dos assuntos policiais, em particular da estrutura, formação, condições de atuação, enfim, da realidade que a polícia enfrenta. Obviamente não é a deles, bem nascidos, educados, com bons salários, etc. Assim, com pouca variação, suas explicações para tais tragédias primam por ser empíricas e imediatistas, conduzindo para uma retórica oca e mesmo por conclusões que beiram o delírio.

Não entendo como, aprioristicamente, logo após a matança em Vigário Geral, algumas autoridades tenham vindo a público, afirmando ser policiais militares os autores daquele ato criminoso. Pode até ser, mas em respeito à Justiça, jamais elas poderiam, sem maiores elementos, fazer tal afirmação, porque sabedoras que são das tramas que o crime organizado enceta no Rio de Janeiro, permeando o poder estatal, e, assim, a polícia que o integra. Nessas condições, o pré-julgamento, inclusive governamental, põs de lado o ele-

mentar princípio constitucional que presume a inocência, desprezou a apuração da verdade real e serviu de tábua de salvação política. Tal posição contrasta com a do Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Salles, que provavelmente melhor informado, serenamente lembrou a existência do narcotráfico e a possibilidade de ele estar por trás do fato. Bem por isso, quem acusou a Polícia Militar terá que sustentar o que afirmou, fazendo, a todo custo, a prova contra os policiais militares. Não sei se buscará, com o mesmo empenho, apurar a infiltração do crime organizado na polícia. Eu prefiro, sempre, aguardar a manifestação final do Poder Judiciário. A prudência assim aconselha.

Mas o descalabro não parou aí; nos dias seguintes, ilustres personalidades tomaram da pena para dar suas versões do problema, a exemplo de Clóvis Ramalhete, que, postado em elevado cargo, enveredou por estórias incríveis de uso político da polícia, esquecendo-se de que a polícia é um organismo político, embora jamais deva ser partidário. Muitos dos atos da polícia são eminentemente tradutores da política vigente, isso em todos os lugares do mundo. A idéia de que a polícia deva ser essencialmente voltada à proteção das pessoas, ao invés de servir de instrumento político, sem dúvida é o ideal, mas também é forçoso reconhecer que a humanidade ainda não evoluiu a ponto de praticá-la plenamente. Na seqüência, o articulista culmina por concluir que o mal é a investidura militar da polícia brasileira, ditando: "*É tempo de desmilitarizá-las*", chamando-as de exércitos estaduais, fazendo com polícias de outros países comparações e afirmativas que, com a devida vênia, não pode provar. Aliás, tenho farta documentação que as desmantelaria onde e quando quisesse.

Posso dizer, com rigor científico, que, pelo menos desde a antiga Roma, onde a vigília das urbes cabia a um corpo especial de soldados, a polícia preventiva é militar ou militarizada enquanto que, para investigar e levar a notícia dos crimes aos juízes - polícia judiciária - a atividade era exercida por pessoas não uniformizadas.

Com a decadência romana, seguiu-se o período feudal, quando desapareceram as referências de pátria, as noções nacionais, imperando na tropa a indisciplina e o mercenarismo. Para sair desse caos, a França reorganizou sua polícia a partir da magistratura militar, criando no século XIII, portanto, há mais de setecentos anos, a sua Gendarmerie, voltada a missões militares e também de segurança pública, atividades que desempenha até os nossos dias.

Mais adiante no tempo, verificou-se que Napoleão, em suas conquistas pela Europa, reorganizou as polícias dos países ocupados, mediante o modelo empregado nas unidades de elite do seu exército.

Assim nasceu, por exemplo, a Gendarmerie belga, atualmente com efetivo superior a 22.000 homens e cujos oficiais são formados em curso de mais de cinco anos, sendo dois anos na Escola Militar Real, pertencente ao Exérci-

to, mais dois anos nas universidades de Liege ou Ghent, onde se graduam em Criminologia e, finalmente, quinze meses na Escola Real de Gendarmerie para o treinamento policial propriamente dito.

Na Inglaterra, em 1829, coube a Sir Robert Peel, o primeiro inglês de ampla visão em problemas de criminalidade, enunciar o famoso princípio, que ganharia seu nome: *A polícia deve ser estável, eficaz e organizada militarmente, debaixo do controle do governo*. Bem por isso os integrantes da Metropolitan Police, inglesa, são formados no Peel Center, em Hendon, onde nos primeiros meses são organizados e treinados militarmente. Em 1833, New York, nos Estados Unidos da América do Norte, ao criar seu corpo policial, também inspirou-se no *Princípio de Peel*. Note-se que o Corpo Policial Permanente, nome original da Polícia Militar do Estado de São Paulo, foi criado em 1831, ou seja, na mesma época, constituído por cento e trinta homens, sendo uma companhia de cem pedestres - infantess - e um pelotão de trinta cavalariãos.

As polícias de ordem pública, sempre fardadas e eminentemente preventivas, são, em todas as partes do mundo, organizadas militarmente. Assim o são os Gendarmes austríacos, os Carabinieri italianos, a Guarda Civil espanhola, o Koninklijke Marechaussee holandês, a Schutzstaffeln e a Ordnung SS alemãs, as forças policiais da Grécia, Marrocos, Argélia, a Real Polícia Montada do Canadá, os Carabineiros do Chile e demais polícias da América Latina.

Numa demonstração clara de que não existe qualquer incompatibilidade entre a investidura militar e as atividades policiais, vemos que atualmente as polícias norte-americanas vêm buscando aproveitar parte dos seiscentos mil militares ora dispensados das forças armadas daquele país. Entendem os americanos que o perfil militar é ideal para as missões de polícia de segurança pública, conforme publicou a revista *The Police Chief*, de abril de 1993, p. 19 e 20.

Na Europa, em face da política de integração dos países, estuda-se como reforçar a interação entre as diversas polícias militares e também entre as polícias que não têm o *status* de militar, estas quase sempre exercendo funções de polícia judiciária comum. A propósito, cabe dizer que as polícias militarizadas não são obstáculo ao desenvolvimento de policiais com *status* civil, voltadas predominantemente para atividades de investigação criminal comum. A própria Itália, a 1º de abril de 1981, deu aos integrantes de sua polícia de segurança - polícia judiciária - o *status* civil, permitindo-lhe a sindicalização, sem direito a greve, mas compensada com novo planejamento e tratamento salarial. Isso não afetou os Carabinieri. Para os interessados no modelo policial da Europa, recomendo a leitura do trabalho do Tenente Coronel Angel García - Fraile Gascón, da Guarda Civil espanhola, publicado na *Revista Unidade*, Porto Alegre, julho de 1993, n. 17, p. 36 a 44.

À vista do explicado, reafirmo que o modelo policial brasileiro não é exótico e, de forma semelhante, funciona bem nos demais países; cada um

com suas peculiaridades. Os ataques que se fazem hoje à investidura militar da polícia brasileira têm na verdade dois objetivos: primeiro afastá-las - e aos Corpos de Bombeiros, também militares - do nosso Exército. Aí temos interesses de grupos internos, ideológicos, que temem intervenções militares no poder político. Pensam, portanto, ser-lhes útil enfraquecer tudo que for militar, acrescentando-se a possibilidade de sindicalizar a polícia, colocando-a como massa de manobra partidária. Coincidentemente, isso é bom aos países do primeiro mundo, que vêem com simpatia todo e qualquer enfraquecimento do já combalido sistema de defesa brasileiro, ao qual se integram, como forças auxiliares, as Polícias e os Bombeiros militares. Não nos esqueçamos de que algum dia eles poderão entender de vir cobrar as nossas dívidas usando a força.

O segundo objetivo, que move civilistas desinformados, grupos avessos ao primado da ordem e alguns que vêem a polícia, não como um mister deontológico, mas apenas uma profissão qualquer, é destruir a disciplina que de alguma forma lhes desagrada. A disciplina rígida, ou seja, coercitiva e ágil, que de fato não existe na administração pública civil, somente será desnecessária à polícia na medida em que a autodisciplina ou a disciplina consciente possa substituí-la. Basta olhar a nossa realidade social para constatar que estamos muito longe disso. Tanto no passado como no presente, não vejo como manter o poder de polícia em seus limites e bem executar os atos de polícia, sem uma disciplina rígida. Aliás, atribuo a maioria dos excessos policiais justamente à queda da disciplina. Notem os defensores dos direitos humanos, entre os quais me incluo, que, quanto mais frouxa a disciplina na polícia, maiores serão os abusos. Pergunto: pode alguém acreditar que, se utilizarmos a prática de arranjos florais, usada no treinamento policial japonês, poderemos, diante da atual conjuntura brasileira, resolver o problema da prepotência em nossa polícia e combater à criminalidade que aí está?

A polícia é, em última análise, o reflexo da sociedade, de sua evolução histórica. O policial é um cidadão, é um homem do povo. Invariavelmente ele traduz o sentimento da classe social à qual pertence, o elemento moderador desse homem é a disciplina, quando rígida. Agora, querer uma polícia sadia numa sociedade doente é pura ilusão. Nossas polícias - a civil e a federal também - adoeceram, porque estão se tornando indisciplinadas, mal pagas, com equipamento decadente e ensino defasado. Faço aqui um convite aos intelectuais e articulistas dos jornais, já que se arvoram em ditar soluções para a polícia, que venham lecionar nas escolas policiais, somando-se ao nosso esforço em aprimorá-las, pois, afinal, há mais de uma centena delas no Brasil.

Voltando ao caso da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, pela qual tenho o maior carinho, não posso conceber que o Comandante e seus Oficiais na área de Vigário Geral tenham deixado de tomar enérgicas providências após as manifestações ocorridas durante o sepultamento dos quatro po-

liciais mortos, e somente depois da morte de civis a unidade tenha sido colocada de prontidão, durante a qual - pasmem - um soldado tentou atear fogo à própria farda em protesto, por não poder ir à faculdade naquele dia. Malgrado a seriedade do Comandante Geral, que bem conheço, o que é isto, senão sinais veementes de indisciplina? Nessas condições, ou a Corporação retoma por si própria a disciplina, ou uma força superior terá de fazê-lo. Conforme bem salientou Miguel Reale Júnior em seu artigo publicado à página três da *Folha de São Paulo*, no dia quatro de setembro de 1993: *"a hierarquia e a disciplina própria das instituições militarizadas devem ser mantidas, pois, essenciais ao controle de uma força posta nas ruas."*

Da mesma forma, à luz dos conceitos da disciplina militar que exigem respeito à pessoa do hierarquicamente subordinado, considero atos de indisciplina os trotes aplicados em recrutas da Polícia Militar do Distrito Federal, que também ocorrem nas faculdades do Brasil inteiro e nem por isso aparecem no horário nobre da televisão. Todavia, são abomináveis e de há muito vêm sendo combatidos nas escolas da Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme posso atestar.

Mas, se de um lado tem-se a indisciplina se instalando na polícia, de outro vê-se o descaso ou a má vontade com que a mídia, ressalvadas raras e honrosas exceções, trata a polícia. Recentemente chocou-me a entrevista dada à televisão por editor de jornal em São Paulo, quando, em tom jocoso, afirmou que **morte de policial não devia ser notícia, pois é normal da atividade**. Dias depois o jornalista Marcelo Coelho escreveu na *Folha de São Paulo*: *"Que PMs e assaltantes morram às centenas, isto é apenas consequência localizada de um projeto mais amplo"*. Ora, estamos diante de um tratamento absurdo que nivela bons a maus policiais, para concluir que a polícia é algo menor, talvez **um mal necessário**. Aos que assim pensam, lembro que não existe sociedade sem polícia, daí a afirmativa célebre de Honoré de Balzac: *"os regimes políticos passam, a polícia é eterna"*.

Ser policial não é profissão fácil em lugar nenhum do mundo, pois lidar permanentemente com o incerto, estar pronto para tomar decisões graves num átimo, defender a si ou a outrem em cada ocorrência, socorrendo as mazelas sociais, é extremamente desgastante. Noventa por cento de todas as emergências em São Paulo são atendidas pela Polícia Militar, pois o restante dos serviços públicos praticamente faliu, conforme atesta a Doutora Maria Inês Barbosa em sua tese de mestrado de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica. No Brasil, somem-se a isso os vencimentos, entre um e três salários mínimos, que mal servem para sustentar a família, durante os primeiros quinze dias do mês, e ter-se-á o retrato das nossas centenas de milhares de soldados de polícia militar. Qual o milagre que a sociedade quer da polícia diante desse quadro?

Não há soluções mágicas para a polícia brasileira, conforme demonstrei longamente no ensaio *A segurança pública e o aperfeiçoamento da polícia no Brasil*, publicado nas principais revistas jurídicas e técnicas sobre o assunto. A corrupção, a violência e o desvio de finalidades, seus grandes males, somente serão debelados a médio e longo prazo através do ensino e do tratamento remuneratório condigno que permitam melhor seleção, únicos caminhos para uma proposta séria. Isso, se a sociedade também evoluir, o que devemos acreditar que vá ocorrer.

Tirar a investidura militar da polícia significaria aumentar a indisciplina e desmoralizar a hierarquia, agravando os problemas da segurança pública ao invés de amenizá-los.

As Polícias Militares, com os defeitos que aponte, ainda são o fio que nos separa da desordem social. Não acredito que os homens responsáveis deste País queiram romper este fio.

Para concluir, reafirmo que os nossos legisladores começariam bem, se regulamentassem o § 7º, do artigo 144, da Constituição, não tratando de órgãos policiais isoladamente, como têm feito as propostas até agora apresentadas, mas disciplinando a interação entre os diversos órgãos, propiciando harmonia entre eles. Assim teremos encontrado o ponto de partida para desencadear as medidas aperfeiçoadoras na polícia.

**Abstract: For a stable, effective and organized police.** *With basis on tragic events involving military policemen of the State of Rio de Janeiro, the author focuses on the need to keep the military features of the police, considering the positive aspects of that kind of institution, mainly discipline and hierarchy, which are hardly observed in Brazilian civil institutions. He refutes those who, uninformed about the organization and formation of their members, advocate the disinvesting of the Military Police of their military aspects, attributing all their evils to their military organization. The paper demonstrates that these have been military police organizations all through the world for ages, and that they have worked efficiently and effectively.*